

Governo cria programas para reduzir emissões

Portos e navegação serão atingidos

BÁRBARA FARIAS
DA REDAÇÃO

Portos e transporte marítimo sustentáveis, alinhados aos padrões do comércio internacional. Com esse objetivo, o Governo Federal instituiu dois programas nacionais de descarbonização, um voltado aos portos e o outro à navegação. Os planos têm prazo de implementação de até um ano e estabelecem diretrizes que visam a modernização por meio da redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e o aumento da eficiência energética.

O Programa Nacional de Descarbonização de Portos (PND-Portos) e o Programa Nacional de Descarbonização da Navegação (PND-Navegação) foram oficializados por meio da Portaria 736, assinada pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, no mês passado.

Segundo o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), o PND-Portos será estruturado pela Secretaria Nacional de Portos e o PND-Navegação pela Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação. Cada setor terá até um ano para detalhar oficialmente seus programas, definindo diretrizes técnicas, formas de monitoramento e acompanhamento de resultados, informou o ministério, em nota.

“As iniciativas buscam alinhar o setor portuário e de navegação do Brasil às metas internacionais de sustentabilidade, especialmente à redução de emissões de gases de efeito estufa. Elas também respondem às exigências crescentes dos mercados globais por cadeias logísticas mais sustentáveis”, informou o ministério em nota.

A pasta esclareceu que “neste momento, os programas não criam obrigações imediatas mais incentivos financeiros. O texto estabelece um marco ini-

ABORDAGENS

A abordagem, de acordo com o Governo, busca oferecer uma visão mais ampla dos impactos ambientais das atividades portuárias e da navegação, reconhecendo a interdependência entre os dois segmentos.

cial e autoriza a construção de políticas públicas que serão aprofundadas ao longo do próximo ano, com diálogo com o setor, consultas públicas e participação de órgãos colegiados. A expectativa é que essa fase traga previsibilidade e segurança jurídica para investimentos públicos e privados”.

O ministério explicou ainda que, “na prática, os programas podem estimular a modernização dos portos, o uso de tecnologias mais eficientes e a melhoria da gestão energética. Com o tempo, isso tende a aumentar a competitividade do setor, reduzir custos operacionais e preparar os portos brasileiros para atender às exigências ambientais do mercado internacional”.

METAS DE REDUÇÃO

O MPor informou que não há um cronograma com metas imediatas de redução de carbono. A transição será gradual. No curto prazo, o foco é definir diretrizes, padrões técnicos e formas de monitoramento. No médio e longo prazo, a meta é ampliar investimentos em infraestrutura, eficiência energética, eletrificação e uso de combustíveis sustentáveis.

De acordo com a portaria, a estruturação dos programas deverá considerar as emissões diretas de GEE (Escopo 1), as emissões associadas ao consumo de energia elétrica, calefação ou refrigeração (Escopo 2) e as emissões indiretas não enquadradas nessas categorias (Escopo 3).



Ministério disse que programas podem estimular uso de tecnologias mais eficientes e melhoria energética

Especialista destaca planejamento

■ Para o especialista em Combustíveis Renováveis e Fertilizantes Pedro Guedes, do Instituto E+ Transição Energética, a principal contribuição está na intenção do Governo. “O setor já vinha se movendo, tanto por parte de atores privados quanto públicos, mas o que esses programas trazem de diferente é a previsibilidade. Eles mostram que haverá um plano e uma estratégia unificada de descarbonização”, avaliou.

Segundo Guedes, essa previsibilidade é essencial para que empresas e poder público consigam planejar investimentos de longo prazo. “Estamos falando de custos relaciona-

dos à infraestrutura, à eficiência energética e a novos vetores energéticos. Para que esses investimentos façam sentido, é fundamental entender que a descarbonização é um direcionamento que veio para ficar”, afirmou o especialista, destacando ainda que a política pública tende a oferecer “segurança jurídica, regulatória e fiscal”, elemento considerado decisivo para destravar projetos no setor.

Guedes ponderou que o prazo de um ano para a estruturação pode ser visto como longo diante da urgência climática, mas necessário diante da complexidade do tema. “Há muitos atores envolvidos

e interesses distintos. Esse tempo é importante para criar consensos e convergências sobre o que, na prática, significa descarbonizar o setor portuário e a navegação no Brasil”, explicou.

Na avaliação de Guedes, a integração entre o PND-Portos e o PND-Navegação é um dos pontos centrais da política. “A descarbonização da navegação muitas vezes entra no Escopo 3 dos portos. Mesmo que o porto não seja o emissor direto, ele faz parte dessa cadeia. Por isso, é fundamental que os dois programas caminhem juntos”, ressaltou. (BF)

VANESSA RODRIGUES - 24/7/23